

# Senado aprova pacote fiscal com erros técnicos

A inconstitucionalidade poderá ser argüida pela aprovação de 4 artigos rejeitados na Câmara

Com quatro erros técnicos no texto do substitutivo elaborado pela Câmara dos Deputados, o Senado aprovou ontem, às 8h51min, após uma longa batalha regimental liderada pelo senador Itamar Franco (PMDB/MG) e apoiada pela oposição, o pacote fiscal do Governo, por 38 votos contra sete e uma abstenção. Agora, a proposta será encaminhada à sanção do Presidente da República, entrando em vigor a partir do próximo dia 1º de janeiro.

Por uma falha na publicação do texto do substitutivo, o Senado viu-se na contingência de aprovar o pacote fiscal com quatro artigos do projeto original do Governo — 94, 95, 96 e 97 — que haviam sido rejeitados pela Câmara durante a votação da madrugada de quarta-feira.

## FALHAS

Os três primeiros artigos autorizavam o Governo, através do ministro da Fazenda, a vender imóveis da União, regulamentando a forma da venda. Já o artigo 97 estabelecia o imposto sobre a propriedade de veículos automotores, a ser cobrado anualmente pela União nos territórios à razão de oito por cento sobre o valor venal dos veículos.

A falha na publicação não pôde ser corrigida pelo Senado antes da votação, em virtude de a redação final do projeto estar assinada pelo presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães. Houve, contudo, erro nas gráficas da Câmara e do Senado, pois o substitutivo ao ser encaminhado à gráfica da Câmara na quarta-feira, para impressão, estava acompanhado de mensagem assinada por Ulysses, determinando que os artigos fossem suprimidos.

Para evitar os riscos de arguição de inconstitucionalidade pelos erros, levantada ao longo da votação pelo senador Itamar Franco e pelo líder do PDS, senador Murilo Badaró, a presidência da Câmara, ontem mesmo, determinou a retificação da redação final do substitutivo, com base nas notas taquigráficas do dia da votação, comprovando que os quatro artigos haviam sido efetivamente rejeitados.

Franco e Badaró tentaram impedir a apreciação do pacote, argumentando que ele estava viciado e, por isso, tornara-se inconstitucional.

Na avaliação de Badaró, inclusive, o projeto do Governo está correndo o risco de ser submetido, nos próximos dias, a uma nova e inesperada batalha no Judiciário ou então ser vetado pelo presidente José Sarney, em face de o presidente do Senado, José Fragelli, não ter, em sua opinião, oferecido uma saída regimental satisfatória para a questão.

A maior dificuldade para o início da votação do projeto, às 4 horas, enfrentada pela Aliança Democrática, foi a obtenção do apoio de três senadores do PDS — Aloysio Chaves, Benedito Ferreira e Lomanto Júnior —, que, aliando-se às lideranças do PMDB e do PFL, viabilizaram as 46 assinaturas exigidas para que a urgência fosse requerida.

Caso os senadores do PDS não tivessem apoiado o Governo, a urgência que possibilitou a votação do projeto não teria sido conseguida. O PMDB e o Partido da Frente Liberal, somados, contam com 44 senadores, dois a menos do que o necessário para a obtenção do quorum qualificado de dois terços dos 69 senadores.

LUIZ MARQUES



A aprovação do pacote exigiu 19 horas de sessão no Senado. Nos intervalos das negociações, o líder do PFL, Carlos Chiarelli, dormiu